



Interpeleção Escrita

O Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Alexis Tam, afirmou, quando entrevistado pelos jornalistas após a reunião conjunta dos Conselhos de Educação para o Ensino Não Superior e de Juventude, que actualmente se encontrava a ponderar, de forma global, o funcionamento e a modalidade de financiamento do ensino inclusivo.¹ Recentemente, as autoridades iniciaram os trabalhos de consulta pública sobre a alteração ao Regime Educativo Especial. Observa-se que o Governo se empenha no aperfeiçoamento do Regime Educativo Especial de Macau. O Governo deve fazer bem os respectivos estudos e intensificar o diálogo com os sectores da educação e dos serviços sociais, com vista a definir, para o desenvolvimento do ensino especial de Macau, políticas perspectivadas, objectivos claros e planos de acção concretos.

Neste momento, o ensino especial em Macau pode dividir-se em duas modalidades: uma de ensino especial (com turmas de ensino especial e ainda com turmas pequenas de ensino especial); e outra de ensino integrado, que se realiza através da integração em turmas do ensino normal. Num período de 10 anos, ou seja, entre o ano lectivo de 2003/2004 e o ano lectivo de 2013/2014, o número de alunos do ensino especial (incluindo o ensino integrado) aumentou de 724 para 1304. Atendendo à crescente taxa de nascimento, a procura relativa ao ensino especial também vai aumentar. Assim sendo, para que os alunos com necessidades educativas especiais possam aceder a um ensino

¹ Jornal San Wa Ou, 29 de Maio de 2015



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

adequado, as autoridades devem proceder, com a maior brevidade, ao planeamento das respectivas vagas.

A falta de recursos humanos é a principal razão que impede o desenvolvimento do ensino especial. Tendo em conta a enorme falta de docentes do ensino especial e de apoio, há ainda várias escolas privadas que não proporcionam ensino integrado, e isto deve-se, principalmente, ao facto de o quadro do pessoal docente destas escolas contar com poucos ou até nenhuns professores qualificados na área do ensino especial. Mesmo que alguns professores efectivos tenham tido formação para professores de apoio, estes nem sempre têm vontade de entregar-se ao ensino integrado. Tendo em consideração que faltam docentes especializados e que o ensino integrado exige que se proceda a um ensino personalizado no âmbito do “Quadro da organização curricular da educação regular”, a pressão dos docentes é bastante grande, porque estes precisam de aplicar um ensino personalizado a cada um dos alunos integrados, nomeadamente, definir, consoante as condições próprias daqueles alunos, a organização curricular e as exigências pedagógicas. E mais, comparando com os docentes do ensino normal, a carga horária dos docentes do ensino especial é a mesma e em termos salariais também não existe grande diferença. Embora haja subsídios, estes são poucos e nem sempre conseguem atrair os docentes a incluir-se no ensino integrado. A par disso, há ainda outros factores que influenciam a adesão das escolas ao ensino integrado, tais como o seu *hardware* não corresponder às exigências para a admissão de vários tipos de alunos integrados e porque alguns pais receiam que seja afectado o nível de andamento dos currículos por causa dos



alunos integrados.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. As autoridades iniciaram os trabalhos de consulta pública sobre a alteração ao Regime Educativo Especial. Em que situação se encontram, em concreto, os trabalhos de alteração da lei e quando é que será possível apresentar o respectivo projecto de lei à Assembleia Legislativa?
2. De que medidas dispõem as autoridades para aliviar a pressão dos professores do ensino especial e atrair docentes a integrarem-se neste tipo de ensino?
3. Hoje em dia, o público conhece muito pouco sobre o ensino integrado e as escolas deparam-se com várias dificuldades no desenvolvimento deste tipo de ensino, designadamente, insuficiências do seu *software* e *hardware*. Assim, o Governo dispõe de algumas medidas complementares para ajudar as escolas a desenvolver o ensino integrado?

11 de Junho de 2015

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Chan Hong